

Não se faz moeda com juros altos

Economista adverte: transferência de rendas de quem não tem para os que têm atingiu R\$ 70 bilhões em 2003

“O Brasil já fez o que podia para se estabilizar. Se continuar tendo apenas esta meta, a crise de dúvida quanto ao futuro do país vai virar uma certeza: o Brasil não irá a nenhum lugar. E, nos próximos 10 anos, ainda estaremos tentando estabilizá-lo”. A afirmativa é do economista e sócio-diretor da RC Consultores, Paulo Rabello de Castro. Para ele, é preciso dar um basta na transferência de rendas de quem não tem para os que têm, através do mercado financeiro. Só no ano passado, segundo o economista, esta transferência chegou a R\$ 70 bilhões. “Com isso não há política social, não há fome zero, não há Carlos Lessa que detenha este processo. Não há avanço micro, não há mudança de coisa nenhuma, não há BC autônomo que possa reverter esta força ciclopica”.

Até os economistas estrangeiros já concluíram que o Brasil tem de crescer. É preciso saber como. Diz Rabello de Castro que o calcanhar de Aquiles é a reserva líquida. Assim, não é possível que o país continue sendo pautado por atas do Copom. “Estamos perdidos não porque nossos números estão indo de mal a pior, ao contrário, mas porque nossa cabeça está indo de mal a pior. Perdemos a noção para que se faz um país e para onde vai um país”.

Ele observou que isso ocorre de forma passiva: “Estamos melhorando momentaneamente, reduzindo mais que necessário a nossa vulnerabilidade sob a forma de títulos cambiais e na presença de títulos pré-fixados”. Mesmo assim, o Brasil ainda não estabilizou a sua moeda.

“Queremos autonomia do BC e não sabemos o que é moeda forte. Como dar autonomia se não sabemos definir moeda forte? O primeiro sintoma dela é a possibilidade de praticar juros mais baixos e crescer. Se tentarmos fazer moeda forte com

juros altos, o resultado será catastrófico e a primeira condição estará morta”.

Segundo o economista, “a condição fundamental da melhoria da saúde econômica do Brasil é a capacidade de crescer com juros moderados. Essa é a nossa obsessão”. O grande avanço dos últimos anos no Brasil, para o economista, foi político. Disse estar “orgulhoso” do país ser um Estado de direito, que custou caro. “Hoje temos um país que precisa ganhar a condição de crescimento”.

Os riscos macroeconômicos permanecem “razoavelmente elevados” mas não são riscos de crise. “No máximo temos uma situação que precisa melhorar”. A crise existente é de dúvida: “Vamos investir ou não neste tal de crescimento econômico

tão anunciado oficialmente que agora se avizinha?” Para ele, os brasileiros estão loucos para investir, mas fica a dúvida: “Será que vale a pena?” Os riscos da microeconomia, na sua opinião, sempre estiveram lá. Deverá o Brasil melhorar na área micro, estima. “Há, pelo menos, a consciência, antes inexistente, de que precisamos melhorar. Tenho uma visão otimista”. Mas o professor ressalvou: “Temos algumas razões ainda para acreditar no risco brasileiro, que melhorou, mas ainda é alto, mais ou menos 15% de probabilidade de default no prazo de cinco anos, quando os riscos medianos são de 5% a 9% e os baixos em torno de 2%”.

O economista citou medidas que aprecia, como a volta da inclinação de exportação. O país, pelo menos

nos próximos cinco anos, precisa exportar ancorado na faixa de pelo menos 10% de crescimento em dólar

Um outro fator apontado por ele é relacionado mais à capacidade de pagar uma dívida externa em confronto com as exportações, cujo dinamismo pede que “seja no mínimo de 10% ao ano”, porque seu numerador tem de crescer também em termos nominais em dólar. A relação dívida externa/ exportação no Brasil, no período que precedeu a maxidesvalorização e a mudança de regime cambial, ficou numa faixa imprópria de cinco vezes, ou seja, era preciso girar cinco vezes as exportações, que teoricamente não cobriam a dívida externa, explicou o economista.

A soma da dívida pública e privada é o mais importante para mostrar

a capacidade de pagamento do Brasil. Em termos de dívida externa, “melhorou muito e continuará melhorando substancialmente nos próximos dois anos”, afirmou Rabello de Castro. Este é, a seu ver, um motivo para a crise da dúvida. “Estamos ingressando num cenário diferenciado. Mas nem tudo está visto, muita coisa está por ver e vir”, disse. Considerou a situação da reserva internacional “razoavelmente” confortável, superando 35 bilhões de dólares. A condição para um upgrade não está e nem estará ao longo de 2004 totalmente coberta. “Este é o grande tendão de Aquiles do país: o fato de termos reservas líquidas que nos deixam ainda em condição de razável vulnerabilidade”.

Lembrando o apoio ao Plano Real, o economista disse que a estabilização do “Brasil já está mais do que feita”. É preciso flexibilização de uma pauta alternativa para “não sermos sempre pautados pela crise da próxima leitura da ata do Copom”. 2004, segundo o economista, será parecido com o ano de 2000 quando se contava “com a direção segura de Armínio Fraga”. Perguntando se estabilidade brasileira é estável ou instável, concluiu por esta última classificação. “Há alguma coisa estranha: quando nos aproximamos da estabilidade, voltamos à instabilidade”.

Rabello de Castro acredita que “falta alguma coisa: “Apontamos que estamos no bom caminho, mas não será estável”. De acordo com estudos realizados, pode-se calcular que a estabilidade pode ser representada por meta de crescimento de 4% anuais, que o país consegue superar algumas vezes. Em outras, fica muito abaixo. Isto indica uma “insuficiência de crescimento estrutural”, acrescentou.